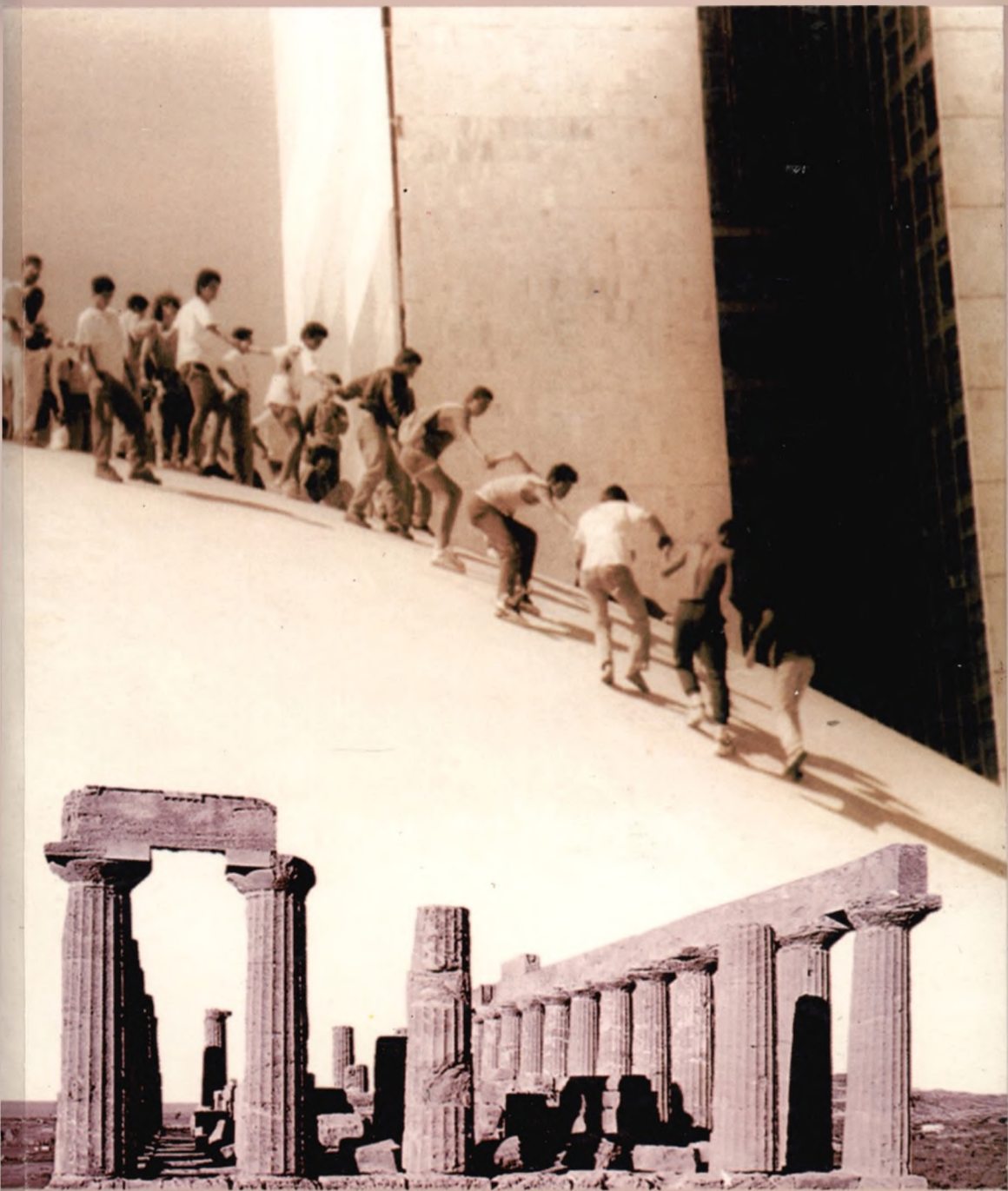


# *democracia* a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

---

**DEMOCRACIA  
A GRANDE REVOLUÇÃO**



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*

João Claudio Todorov

*Vice-Reitor*

Erico Paulo Siegmar Weidle

## EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*

Alexandre Lima

### CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

# DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA  
  
UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:  
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar  
70.300-500 - Brasília - DF  
FAX: (061) 225-5611

*Copyright* © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

*Impresso no Brasil*

EDITORES

**TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES**

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

**TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES**

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

**SONJA SAMPAIO**

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

**LUÍZA MARIA ROCHA NERY**

CAPA

**FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA**

SUPERVISÃO GRÁFICA

**ELMANO RODRIGUES PINHEIRO**

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383      Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.  
II. Título.

CDU 32  
321.7

# SUMÁRIO

## **Apresentação**

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

## **Introdução**

*Democracia: a grande revolução, 11*

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

## **I - A construção da democracia**

*A revitalização da arte da política, 15*

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

## **II - Democracia: das origens à modernidade**

*Celebrando 2.500 anos de democracia, 31*

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

*A evolução da democracia representativa, 37*

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

## **III - Democracia no século XXI**

*O desafio da equidade, 43*

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

*Debatedores*

*Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61*

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

*Democracia com equidade: um direito?, 67*

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

#### **IV - Democracia na Ibero-América**

*O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73*

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

*O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83*

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

*Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95*

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

*Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109*

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

*Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121*

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

*Formação da democracia na Colômbia, 133*

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

#### **V - Democracia no Pós-Comunismo**

*A política no pós-comunismo, 145*

Jelju Jeleu – Presidente da República da Bulgária

*A evolução política e constitucional da Polônia, 149*

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

*Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159*

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

*Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165*

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

*Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173*

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil



## APRESENTAÇÃO

*Hermes Zaneti*  
*Coordenador do Projeto Constituição*

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori<sup>1</sup> faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori<sup>2</sup> que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski<sup>3</sup>:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

---

<sup>1</sup> Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

<sup>2</sup> *Idem*, *ibidem*: 24.

<sup>3</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.<sup>4</sup> Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos<sup>5</sup>.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington<sup>6</sup>, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

---

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*: 58.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*: 12.

<sup>6</sup> Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitulamos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,<sup>7</sup> “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

---

<sup>7</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

# DEMOCRATIZAÇÃO MULTIFACETÁRIA E PERMANENTE NA HUNGRIA

*Gábor Tóth*  
*Embaixador da República da Hungria no Brasil*

Gostaria de resumir a temática dessa palestra em quatro subtemas. Em primeiro lugar discorrerei sobre a democracia como instrumento de modernização social, econômica e política. Em segundo, abordo a democracia como sistema político interpretado como mecanismo de controle exercido pelos cidadãos sobre os governantes. Depois, a democracia como sistema político baseado na economia de mercado. E, por último, a democracia como padrão de inserção da Hungria na comunidade das nações democráticas.

## **I. A democracia como instrumento de modernização socioeconômica**

De forma pragmática, e sem entrar em detalhes teóricos, podemos salientar dois aspectos da modernização. O primeiro é o processo de redução das diferenças nos indicadores socioeconômicos do País comparando-o com os países com centros desenvolvidos; e o segundo é criar mecanismos que permitam uma adaptação e readaptação permanente aos desafios da atualidade.

Sem entrar em detalhes, mas por razões históricas, a Hungria está há mais ou menos 500 anos em situação de atraso relativo, quando comparada com os centros de poder mundial. Nessa perspectiva, na Hungria, desde a segunda metade do século XIX até o momento, podemos enumerar três tentativas de modernização.

A primeira ocorreu em meados do ano de 1867. A Hungria como parte da Monarquia Austro-Húngara, após um compromisso político entre as classes dominantes da Áustria e da Hungria, iniciou relativamente um longo período de recuperação econômica e social, com a industrialização, com a criação de importante infra-estrutura, de acordo com os padrões daquela época. Uma tentativa com relativo êxito, mas uma tentativa que, em termos gerais, chegou ao seu fim com a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

A segunda tentativa foi a partir de 1920. Para entendermos melhor o desafio daquela época, devemos lembrar que a Hungria, como parte da Monarquia Austro-Húngara, foi derrotada na Primeira Guerra Mundial, quando perdeu 2/3 do seu território histórico e 1/3 de sua população. Portanto, ficou enfraquecida, com potencialidades reduzidas. Nessa segunda tentativa a

proposta era modernizar o País, conseguir estabilidade econômica, reformular toda a economia e a sociedade. Infelizmente esta tentativa fracassou devido à crise mundial de 1929.

A partir de 1945 iniciou-se a terceira tentativa que consistia na industrialização maciça, na modernização das forças produtivas baseada na educação, com um ensino abrangente e que atingiu praticamente todas as camadas da população. Uma modernização acelerada que, por certo, empobreceu a população do campo. Foi uma ampla tentativa com alguns sucessos relativos, mas um processo que terminou num beco sem saída nos fins de 1980, quando o colapso tornou-se evidente, embora as previsões do fracasso já fossem esperadas com certa antecedência. Foi um fracasso rotundo, operacional e funcional, e, portanto, a queda era inevitável. Atualmente estamos empenhados na quarta tentativa em 120 anos, onde temos a esperança, a chance e o dever de conseguir o sucesso. Há uma grande diferença entre esta e as anteriores, se não em outros aspectos, pelo menos no sistema político. A primeira tentativa no último terço do século passado aconteceu sob a dependência da Monarquia Austro-Húngara. A segunda ocorreu sob o regime oligárquico autoritário. A terceira foi feita num sistema monopartidário. Portanto, a tentativa de hoje se distingue em termos políticos por estar sendo executada no regime democrático. Para a Hungria, e talvez não só para ela, a modernização e a democratização são dois conceitos estreitamente interligados. A democracia funciona como instrumento da modernização, e a modernização, por sua vez, serve como justificativa da democracia; assim sendo, o êxito da modernização pode ser decisivo quanto às chances da democracia.

## **II. A democracia como sistema político de controle pelos cidadãos sobre os governantes**

Em termos formais, um primeiro critério para qualquer democracia é o exercício de eleições livres, irrestritas e periódicas, onde podem concorrer as organizações, os partidos políticos que têm em seus fundamentos as liberdades políticas. Este é o critério indispensável, mas até certo ponto formal.

Na Hungria começou a fermentação interna durante os anos 70 e 80. A Revolução de 1956, contra a ocupação soviética, foi um claro antecedente de suma importância não só para a Hungria, mas para a evolução da situação política em geral na Europa do Leste. Mesmo assim, esse evento histórico, após 30 anos transcorridos, já não tinha um impacto direto no desenvolvimento, na evolução dos acontecimentos políticos dos anos 80 e 90.

Havia uma fermentação política na sociedade da Hungria devido em parte a uma relativa liberdade de pensamento, de consciência, que era uma característica específica do regime socialista na Hungria durante os anos 60 e 70, o que levou à formação de alguns grupos de intelectuais dissidentes que queriam reformar o sistema, que queriam mudar.

É certo que naquela época não podiam prever tudo. Os pensadores mais críticos e autocríticos daqueles grupos reconhecem que nem nos anos 70 e sequer nos 80 podiam imaginar a grandiosidade das transformações que iriam ter lugar no final dos anos 80 e no início dos 90. Seria irrealista se negássemos a importância das circunstâncias internacionais decorrentes da chegada ao poder de Gorbachev que, certamente, criou as condições externas indispensáveis para as mudanças na Hungria. Agora não cabe mencionar os motivos que causaram o fenômeno Gorbachev. Em todo caso, o efeito direto das condições internacionais sobre a evolução na Hungria foi justamente o recuo gradual de Gorbachev, da URSS, que permitiu essa fermentação chegar a manifestações políticas, em partidos políticos expressivos, exigindo a imediata transformação política.

Também temos de mencionar o papel do partido comunista do governo, que na Hungria tinha o nome de Partido Operário Húngaro. Nesse partido havia uma ala reformista com elementos importantes que reconheceram o inevitável. Desta maneira, toda a transformação na Hungria pôde ter lugar de forma pacífica e ordeira. O ambiente criado permitiu uma transferência do poder no ano de 1990, depois das primeiras eleições livres, e ao mesmo tempo implantou uma cultura política que assegurou a entrega do governo, já dentro do sistema democrático, no ano de 1994. Isso é importante porque, nas primeiras eleições livres, o governo que chegou ao poder era de tendência conservadora, de corrente centro-direita. Na segunda eleição livre, em 1994, a nova coalizão era de centro-esquerda. Em resumo, experimentou-se uma mudança na cultura política que previa algumas características de médio e longo prazo do sistema político. É também importante destacar que a estabilidade política na Hungria foi uma característica permanente na transferência de poder, durante todo o primeiro ciclo parlamentar de 1990 à 1994, e é até agora. Isto não é só um mérito, mas um fato constatado. A Hungria foi o único país na nossa região onde o primeiro governo surgido das primeiras eleições livres conseguiu completar o seu ciclo constitucional de 4 anos. Não tivemos eleições antecipadas. Esta estabilida-

de, evidentemente, favoreceu por sua vez as transformações econômicas e também o novo relacionamento com o mundo exterior.

Passando à outra face da democracia, menciono o papel dos governos locais, dos municípios, como uma outra vertente, igualmente importante, da democracia. Na Hungria, nos dois ciclos parlamentares de 90 à 94 e de 94 até hoje, há uma correlação interessante. No primeiro ciclo parlamentar a maioria dos municípios estava sob o controle dos partidos de oposição daquele governo, ou seja, da centro-esquerda. No governo central estava a centro-direita. Havia atritos, e muitos pensaram, por lógica simples e razoável de certo modo, que a política local tivesse sido um alargamento, uma ampliação da correlação de forças políticas no nível nacional. O que estamos constatando, depois das segundas eleições livres para o Parlamento, e depois das novas eleições municipais, é que agora encontra-se no governo a coligação de centro-esquerda, e a maioria dos municípios está sob o controle da mesma formação política. Não obstante, os conflitos se seguem e se agravam, isto é, os governos locais estão exercendo com bastante competência a sua função e a política local não é apenas um alargamento, mas muitas vezes entra em choque com a política nacional. No centro de todos esses atritos está a problemática dos recursos com os quais os governos locais deveriam exercer a política local.

### **III. A democracia como um sistema político baseado na economia de mercado**

Na política, na história, na economia não existem fenômenos sem antecedentes, e o mesmo ocorre na Hungria. Portanto, esta liberalização da economia, que é a característica dos últimos anos, a partir de 1990, tem seus antecedentes no passado. Na Hungria, em relativo liberalismo desde os anos 60 e 70, foi implementado um novo mecanismo de gestão da economia nacional a partir do ano de 1968, que apresentava diferença marcante quanto à planificação central. A novidade tornou-se uma especificidade bastante forte em relação aos outros países da nossa região.

Esse sistema econômico permitiu uma certa autonomia para as empresas. Elas podiam definir a sua produção, atuar livremente para adquirir os seus insumos, e comercializar uma parte majoritária de seus produtos. Esse mecanismo era uma simulação de mercado. É claro que atrás permanecia o Estado que dificilmente podia distinguir entre a sua função pública e a sua função de proprietário da economia nacional. Em todo caso, iniciou-se as-



sim um processo de aprendizagem que favoreceu principalmente os dirigentes das empresas que adquiriram uma nova maneira de pensar, certas formas de comportamento, certas técnicas de economia de mercado. Hoje em dia, dentre os grandes empresários nacionais estão os representantes dos dirigentes de empresas que tinham a seu cargo aquelas empresas, digamos autônomas, a partir de 1968. Esse fato teve como consequência econômica-social uma capacidade incrementada de adaptação às condições de mercado. As leis das sociedades comerciais aprovadas no final dos anos 80, que permitiram a transformação das empresas estatais em companhias de responsabilidade limitada e em sociedades anônimas, facilitaram igualmente um processo de privatização espontânea, ou seja, a compra de parte das ações principalmente pelos dirigentes. Isso constituiu um fator a mais para que eles se tornassem classe empresarial a partir da liberalização da economia.

Praticamente é um fato indiscutido, e não discutível, que a democracia deve basear-se na economia de mercado. Assim sendo, na Hungria começaram ondas de privatização com variadas dimensões. Na primeira, a Hungria certamente alcançou um elevado grau de privatização que, no final de 1994, mais da metade do PIB nacional foi produzido pelo setor privado. Também iniciou-se uma liberalização da economia externa com a supressão de barreiras não tarifárias, com a redução de alíquotas, etc., ou seja, a economia húngara foi aberta para o mundo externo. Mas isso não é suficiente. É também preciso a regulamentação do mercado, que cria os mecanismos, os limites, as regras de competitividade, para que a abertura seja realmente saudável. A abertura, funcionando nestes moldes, é uma parte indispensável, inseparável, das reformas econômicas na Hungria.

Em consequência da política de transformações econômicas, a Hungria pode mostrar alguns indicadores interessantes. Por exemplo, mais ou menos a metade de todos os investimentos diretos estrangeiros feitos na Europa do Leste e Central foi aplicada na Hungria. Como resultado disso, 30% das importações húngaras provêm das empresas estrangeiras que operam na Hungria. Esse é um indicador bastante importante. Demonstra que a idéia de estimular a captação de recursos e depois reverter este processo no sentido de incrementar as exportações, isto é, um crescimento orientado para as exportações, tem alguma chance de ter sucesso. Também é um resultado de fato, embora pareça uma subestimação, que evitamos o colapso econômico. Nos últimos 4 anos ocorreu uma queda do PIB na ordem de 20%, mas poderia ter sido pior, pois só o colapso soviético causou uma queda automáti-

ca na ordem de 10% do PIB, ou seja, conseguimos nos salvar das conseqüências mais graves.

É um fato positivo termos atingido agora um crescimento na produção industrial, pelo segundo ano consecutivo. E ainda mais importante, do ponto de vista da modernização, durante os dois últimos anos, é que a produtividade industrial cresceu anualmente 10%. Uma produtividade bastante significativa.

Mas há problemas, principalmente no equilíbrio da economia nacional: na balança comercial e na de pagamentos registra-se um déficit crônico. Temos um endividamento conseqüente que é uma das maiores dívidas externas *per capita* no mundo (em termos da dívida bruta), chegando a 3 mil dólares por cidadão. Há um desequilíbrio crítico no orçamento geral cujo controle torna-se difícil. O quadro demonstra que a modernização não foi terminada, apenas está em marcha. Se o crescimento dos últimos dois anos envolve o desequilíbrio nos indicadores macroeconômicos, isso significa que há muito por fazer.

Como refazer tudo isso e em quê contexto social quando o déficit do orçamento pode ser reduzido principalmente por meio de cortes nas despesas e, principalmente, no setor dos recursos humanos, previdência, saúde pública, educação, etc.? Este é realmente um grande desafio. Mas tenho que lembrar que o problema do estado do bem-estar social é um conceito em constante revisão em todas as partes do mundo, inclusive nos países mais ricos, com muito mais recursos.

#### **IV. A democracia como padrão de inserção da Hungria na comunidade das nações democráticas**

Felizmente há consenso nacional quanto às três prioridades principais da política externa do País. As prioridades são iguais entre si. A primeira é a integração para com a área euro-atlântica, ou seja, a Hungria tem solicitado sua adesão à OTAN e à União Européia.

A segunda, é a boa vizinhança e cooperação com nossos países vizinhos, com instrumentos como o Tratado Básico, que estabelece as bases da cooperação para o futuro a longo prazo. Chegamos a assinar esse tratado com vários dos nossos vizinhos, a Eslovênia, a Ucrânia, a Eslováquia e estamos em negociações com a Romênia. Outro instrumento é a criação da Associação de Livre Comércio Centro-Européia (CEFTA). Ela é um instrumento importante, pois por um lado permite aproveitar a cooperação com os países vizinhos e, por outro, é uma área de exercício para adquirir certos

hábitos, para praticar certas normas de cooperação mais estreitas que cremos ser uma ante-sala para nossa adesão na União Européia.

A terceira prioridade é o apoio às aspirações legítimas das minorias húngaras. É uma prioridade prevista e prescrita na Constituição para qualquer governo húngaro, de consenso geral entre as forças políticas da Hungria. É uma prioridade que deve ser tratada dentro do quadro bilateral com os países vizinhos, mas não se limita a isso apenas, pois a problemática dos direitos das minorias é certamente parte dos direitos humanos. Segundo a Carta Magna das Nações Unidas, e confirmada a posição em vários documentos internacionais, os direitos humanos não são de exclusiva competência de nenhum Estado.

Além das três prioridades a Hungria pretende diversificar as suas relações internacionais entre parceiros e regiões. Para citar alguns exemplos, o nosso maior parceiro comercial é a Alemanha. O maior investidor na Hungria são os Estados Unidos e os maiores credores são os bancos do Japão.

Sem dúvida, estamos num mundo de grandes transformações. O fim da bipolaridade não teve impacto apenas sobre os países da nossa região. Afeitou profundamente todos os países do mundo, inclusive as grandes potências. Mas para não ficarmos apenas no nível das grandes potências, podemos pensar nas profundas mudanças políticas que estão ocorrendo, por exemplo, na Itália, onde todo o esquema partidário foi mudado radicalmente. E isto é em grande parte devido às transformações globais. É certo que no cenário internacional agora estamos enfrentando grandes desafios, mas quando a situação internacional é estática, então as trajetórias são previsíveis e quase prescritas. Quando estamos em transformação, é o momento em que qualquer país tem possibilidades para conseguir um melhor posicionamento.

No cenário internacional, a Hungria tem apenas três vantagens, pois somos um país pobre em recursos. A primeira vantagem é sua situação geográfica na Europa Central, que nos garante a possibilidade física de cooperação com todo o mundo. A segunda é o clima que favorece a agricultura e as indústrias alimentícias, e, por fim, temos os recursos humanos: mão-de-obra qualificada com salários infelizmente bastante baixos segundo os padrões internacionais. Enfrentamos a tarefa de consolidar uma democracia onde temos a obrigação de não perder pelo menos essas vantagens comparativas, e devemos construir um estado de direito com responsabilidade social que permita que o recurso mais importante, a mão-de-obra, não perca seu significado. Este é o desafio e somos nós os chamados para respondê-lo.





Imprenta:  
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA  
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230  
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025  
CGC - 00336024/0001-16

**Outros lançamentos da Editora UnB:**

*Einstein estava certo?*  
Clifford M. Will

*A minoria próspera e  
a multidão inquieta*  
Noam Chomsky

*Rejuvenescer a velhice* (2ª edição)  
Maria Laís M. Guidi e  
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

*O texto da notícia*  
Elcias Lustosa

*A potência do dragão*  
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

*Drogas e sociedade nos tempos da Aids*  
Richard Bucher

*Flauta transversa – método elementar*  
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –  
história social nos sertões do Brasil*  
Victor Leonardi

*Amigos traiçoeiros*  
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a  
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)  
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

*Anísio Teixeira*

(Depoimento de Anísio Teixeira ao  
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514